

GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

**Direito, Segurança
e Saúde no Trabalho**

8ª revista
atualizada
edição ampliada

2021

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Revisão: Do autor

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

G216m

Garcia, Gustavo Filipe Barbosa.

1190694

Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e saúde no trabalho / Gustavo Filipe Barbosa Garcia – 8. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: JusPodivm, 2021.
304 p.

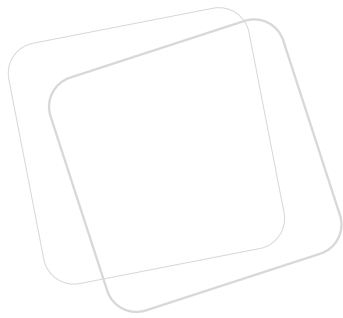
Bibliografia.

ISBN 978-65-5680-507-8.

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Segurança do trabalho – Brasil. 3. Medicina do trabalho – Brasil. 4. Saúde ambiental – Brasil. 5. Responsabilidade dos empregadores – Brasil. I. Título.

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

Capítulo I

INSERÇÃO DO MEIO AMBIENTE LABORAL NOS SISTEMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	19
Bibliografia	31

Capítulo II

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: Enfoques gerais	33
1. Introdução	33
2. Introdução às normas de segurança e saúde no trabalho	39
2.1. Inspeção prévia	49
2.2. Embargo ou interdição	51
2.3. Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas	52
2.3.1. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	53
2.3.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	55
2.4. Equipamento de proteção individual	59
2.5. Medidas preventivas de saúde no trabalho	62

2.6. Edificações	66
2.7. Iluminação	68
2.8. Conforto térmico	68
2.9. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	69
2.10. Instalações elétricas	71
2.11. Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	73
2.12. Máquinas e equipamentos	74
2.13. Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	74
2.14. Atividades insalubres e perigosas	76
2.15. Prevenção da fadiga	83
2.16. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção	85
2.17. Explosivos	87
2.18. Líquidos combustíveis e inflamáveis	87
2.19. Trabalho a céu aberto	87
2.20. Saúde e segurança ocupacional na mineração	88
2.21. Proteção contra incêndios	89
2.22. Condições de higiene e de conforto nos locais de trabalho	90
2.23. Resíduos industriais	90
2.24. Sinalização de segurança	92
2.25. Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	94
2.26. Fiscalização e penalidades	94
2.27. Segurança e saúde no trabalho portuário	94
2.28. Segurança e saúde no trabalho aquaviário	97
2.29. Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura	102
2.30. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	108
2.31. Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	109
2.32. Meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval	111
2.33. Trabalho em altura	113

2.34. Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	113
2.35. Segurança e saúde em plataformas de petróleo	115
Bibliografia	119

Capítulo III

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NA INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA: Interpretação constitucional e proposta de aperfeiçoamento	121
1. Introdução	121
2. Dano moral e material	123
2.1. Assédio moral e assédio sexual	126
2.2. Violência psicológica no meio ambiente de trabalho	130
3. Responsabilidade civil e relação jurídica de trabalho	133
4. Requisitos da indenização por danos morais e materiais	136
5. Responsabilidade objetiva e o Código de Defesa do Consumidor	137
6. Responsabilidade civil e o Código Civil de 2002	141
7. Prescrição da indenização por dano moral e material decorrente de acidente do trabalho ou doença ocupacional	142
8. Responsabilidade civil do empregador no acidente do trabalho	153
9. Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro	168
9.1. Responsabilidade civil nos casos de trabalho temporário e terceirização	170
10. Critérios para a fixação da indenização por danos morais e materiais	174
11. Conclusão	179
Bibliografia	180

Capítulo IV

DEPRESSÃO E “BURNOUT” NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Considerações jurídicas, sociais e científicas	185
1. Notas sobre a depressão e a síndrome do esgotamento profissional	185

2. Fatores causadores da depressão e condições desfavoráveis de trabalho	187
3. Dificuldades no reconhecimento da depressão como doença profissional	188
4. Transtornos mentais no plano legislativo	190
5. Doenças do trabalho na legislação previdenciária	191
6. A possibilidade de caracterização da depressão como doença do trabalho	192
7. Nexo causal da depressão como doença profissional	197
7.1. Nexo técnico epidemiológico e depressão como doença ocupacional	198
8. Conclusão	202
Bibliografia	203

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS SOBRE A ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA ..	205
1. Introdução	205
2. Estabilidade acidentária na jurisprudência	206
2.1. Constitucionalidade do art. 118 da Lei 8.213/1991	206
2.2. Período de estabilidade exaurido	206
2.3. Estabilidade adquirida no curso do aviso prévio	207
2.4. Estabilidade em contrato a prazo determinado	210
2.5. Estabilidade acidentária e norma coletiva: limites e exigência de atestado médico	213
2.6. Reintegração do empregado estável por meio de tutela provisória	215
2.7. Pressupostos para a aquisição da estabilidade acidentária	216
2.8. Duração da estabilidade acidentária	217
3. Estabilidade acidentária e aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) posterior a auxílio-doença acidentário	220

4. Estabilidade acidentária de empregado sem contrato de trabalho formalizado	223
5. Estabilidade acidentária sem emissão de CAT	225
Bibliografia	229

Capítulo VI

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	231
1. Introdução	231
2. Alcance do óbice constitucional de vinculação ao salário mínimo	232
3. Alcance do termo “remuneração” no art. 7.º, XXIII, da Constituição	247
4. Adicional de insalubridade e salário profissional	252
5. Adicional de insalubridade e servidores públicos	258
Bibliografia	268

Capítulo VII

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Periculosidade e exposição a radiações ionizantes	271
1. Introdução	271
2. Atividades sujeitas ao adicional de periculosidade	271
3. Portaria 518/2003	274
Bibliografia	279

Capítulo VIII

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	281
1. Introdução	281
2. Base de cálculo do adicional de periculosidade	289
3. Cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade ...	294
Bibliografia	301